

**ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO DESENVOLVIMENTO
DE PERNAMBUCO (*)**

Rubens Vaz da Costa

Os programas do Governo Federal para o Nordeste, objetivando reduzir as disparidades regionais, tiveram efeitos muito positivos no desenvolvimento e na modernização da economia pernambucana. Uma avaliação em profundidade da transformação por que vem passando nossa sociedade nos últimos anos, foge ao escopo de uma palestra e requer o esforço conjugado de uma equipe técnica multidisciplinar. Nosso objetivo é, portanto, bem modesto. Propomo-nos a examinar alguns aspectos relevantes da evolução de Pernambuco, sublinhando áreas em que as dificuldades são mais salientes, ou os desafios mais estimulantes.

O primeiro elemento a considerar é a rápida urbanização do último decênio. Em 1960, 55% dos pernambucanos viviam nas áreas rurais; em 1972, mais de 56% moravam nas cidades e vilas. Em números absolutos, a situação se apresenta dramática. Em doze anos a população rural aumentou 127 mil pessoas; a população urbana 1.240 mil. Noutras palavras, o crescimento da população urbana foi dez vezes superior ao da rural.

A urbanização é, ao mesmo tempo, causa e consequência do desenvolvimento econômico. Este, como se sabe, estimula a migração rural-urbana, pois a modernização da agricultura expelle mão-de-obra e a industrialização atrai trabalhadores. Este esquema teórico servirá de marco de referência para a análise do que vem ocorrendo neste Estado.

O Censo Industrial, recentemente divulgado pelo IBGE, mostra que, entre 1959 e 1970, o número de empregos na indústria de transformação passou de 72.000 para 89.000. Foram criadas 17.000 oportu-

(*) Palestra pronunciada na Academia Pernambucana de Letras, Recife, no dia 20-09-1974, e por ocasião da solenidade de recebimento do título de Benemérito da Sociedade Brasileira de Cancrologia.

tunidades de trabalho. O crescimento da ocupação industrial foi de 24% em onze anos, enquanto a população urbana aumentou quase 60%. O descompasso entre o crescimento da população urbana e a ocupação industrial deve ser objeto de preocupação das autoridades, pois conduz a uma hipertrofia do setor serviços, ao subemprego e ao aviltamento dos salários urbanos. Cabe aqui uma palavra de cautela, pois a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios registrou, em 1972, 192 mil pessoas ocupadas na indústria de transformação, em Pernambuco.

A folha de pagamento da indústria correspondia a 11% do valor da produção industrial, em 1960, e a 10%, em 1970. É surpreendentemente modesta a participação dos salários no valor da produção e a sua redução no curso da década parece indicar que a indústria se mecanizou mais, ou que os salários não acompanharam o crescimento dos outros insumos. Em algumas indústrias, porém, os salários apresentam porcentagem mais alta do valor da produção. Este é o caso, por exemplo, da editorial e gráfica, cuja folha de pagamento corresponde a quase 20% do valor da produção. Na indústria têxtil é de 15%, enquanto na de produtos alimentares é de, apenas, 7%.

Esta reduzida participação dos salários no valor da produção dos alimentos industrializados, e o fato de que ela constitui o principal gênero industrial de Pernambuco, justificam que a analisemos um pouco mais detidamente. Em 1970, a produção de alimentos representou 38% do valor da produção industrial total, 32% do emprego e 27% dos salários pagos pela indústria pernambucana. Nos onze anos entre os dois censos, a produção de alimentos perdeu posição relativa no quadro da indústria do Estado. Em 1959, contribuía com 45% do valor da produção, empregava 37% de mão-de-obra industrial e respondia por 36% da folha de pagamento. Apesar de sua predominância no parque manufatureiro, é atividade pouco dinâmica, que se desenvolve mais lentamente do que outras indústrias. Não obstante, criou dois mil empregos no decênio, sendo de se esperar que, como o recente auge da produção de açúcar, tenha melhorado o seu desempenho no contexto da indústria de transformação deste Estado.

O segundo gênero em importância é a indústria têxtil, que, entre 1959 e 1970, reduziu o pessoal ocupado de 21.400 para 14.700, como decorrência do programa de modernização promovido pelo Governo, através da SUDENE e do Banco do Nordeste. Tal programa, no entanto, permitiu que a indústria têxtil pudesse sobreviver e continuar produzindo e empregando, pois o parque industrial que não se renovara no após-guerra, tornou-se obsoleto e incapaz de competir com as modernas fábricas instaladas no sul do País.

A queda de posição relativa da indústria têxtil foi violenta. No período 1959/1970, sua participação no emprego industrial reduziu-

se de 30% para 16%; no total dos salários pagos, de 29% para 17%; e no valor da produção, de 19% para 11%. Assim, os dois principais gêneros industriais — produtos alimentares e têxtil — que em 1959 representavam dois terços, tiveram sua participação reduzida, em 1970, para cerca da metade do emprego e da produção industrial de Pernambuco.

Por mais dinâmico que tenha sido o desempenho dos demais gêneros, não é surpreendente que o desenvolvimento industrial do Estado tenha sido insatisfatório na década de 60, devido ao comportamento das tradicionais indústrias têxtil e de produtos alimentares. Esta análise de dados oficiais deve ser completada com uma avaliação dos gêneros dinâmicos e modernos. Sugerimos aos planejadores do novo governo que o façam, pois daí retirarão muitas lições úteis à formulação dos programas de industrialização e de desenvolvimento econômico.

Outro elemento importante a ser considerado é a concentração industrial na área metropolitana do Recife, onde situam-se 60% dos empregos e mais de 70% da folha de pagamento industrial do Estado. O rápido crescimento demográfico da região do Recife, onde vivem um terço dos pernambucanos, é, ao mesmo tempo, causa e efeito da concentração. Para evitar que se agrave, seria conveniente a adoção de política racional de ocupação do território e de localização das atividades econômicas. Entre 1960 e 1970, foram instalados em Pernambuco 1.400 estabelecimentos industriais, com cinco ou mais pessoas ocupadas; quase triplicando o número de fábricas daquela categoria. Uma política de estímulos poderia ter obtido a localização de maior contingente dos novos projetos em cidades do interior, que hoje desfrutam das condições básicas para atrair investimentos industriais.

Passemos agora a examinar a situação da agricultura pernambucana, com base nos dados do Censo Agropecuário. Deixaremos de lado os aspectos relacionados com a produção, para dedicarmos atenção à estrutura fundiária e ao emprego. A primeira constatação é a predominância do minifúndio no que se refere ao número de estabelecimentos agrícolas e à ocupação da mão-de-obra. Assim, 78% dos estabelecimentos agrícolas têm menos de dez hectares, representando, apenas, 11% da área total da agropecuária do Estado. Estas proporções mantiveram-se estáveis entre 1960 e 1970, mas a mão-de-obra ocupada em minifúndios elevou-se de 55 para 63% do total de pessoas que trabalham na agropecuária.

A classificação de minifúndio para os estabelecimentos de até dez hectares, pode parecer exagerada. No entanto, nos 700 mil hectares que compõem a área dos 257 mil estabelecimentos de menos de dez hectares, trabalham 730 mil pessoas, estando disponível para

o cultivo, em média, menos de um hectare por trabalhador. Por outro lado, a área média de tais propriedades é inferior a três hectares.

Se tomarmos, no entanto, os estabelecimentos de menos de um hectare de área, veremos que seu número mais que duplicou entre 1960 e 1970, enquanto sua área global cresceu 40%. Em decorrência, a superfície média dos "microfúndios" de Pernambuco reduziu-se de 0,8 hectare, para meio hectare por estabelecimento, no decênio. O número de pessoas ocupadas em áreas tão exíguas quase duplicou, passando de 58 mil para 111 mil, na década de 60. Como a área total dos "microfúndios" era de 27 mil hectares, cada pessoa tinha a sua disposição, em 1970, um quarto de hectare para trabalhar, ganhar a vida e sustentar a família. Note-se que a área disponível por pessoa ocupada nos "microfúndios" era 0,34 hectare, em 1960, e que sua brusca redução caracteriza a explosiva "minifundização" da agricultura pernambucana.

O pessoal ocupado em todo o território pernambucano, nas atividades agro-pastoris, diminuiu de 1.263 mil, em 1963, para 1.157 mil, em 1970, o que representa uma redução de 106 mil trabalhadores. Esta diminuição verificou-se em todas as categorias de estabelecimentos agrícolas, exceto nos "microfúndios" de até dois hectares de área, que tiveram sua força de trabalho acrescida de 69 mil trabalhadores, para somar 300 mil pessoas ocupadas. Por outro lado, os estabelecimentos de menos de dez hectares tinham, em 1960, 64 tratores, número que se reduziu, em 1970, para 38. Não seria surpreendente que, no decênio, se tivesse agravado a pauperização das zonas rurais de Pernambuco, devido à pulverização da área agrícola em grande número de pequenas propriedades, daí resultando o "encolhimento" da superfície disponível por trabalhador, nos minifúndios. É igualmente compreensível a aceleração da migração rural-urbana devido a dificuldades de ganhar a vida com que se defrontam muitos trabalhadores rurais.

Uma análise menos agregada da situação fundiária mostra, por exemplo, que, tomada a agricultura como um todo, a área disponível por pessoa ocupada aumentou de 4,2 hectares, em 1960, para 5,5 hectares, em 1970; o número de tratores cresceu 38%, em dez anos; e o rebanho bovino aumentou 28%. Sem dúvida, são elementos importantes a considerar na elaboração de um plano de desenvolvimento agrícola do Estado. Da mesma maneira, a redução da força-de-trabalho agrícola poderia ser tomada como indicador de modernização. Mas as estatísticas globalizantes às vezes escondem mais do que revelam, e nos parece mais útil chamar a atenção para os aspectos relacionados com os agudos problemas sociais da agro-pecuária pernambucana, do que adotar enfoque que poderia conduzir a otimismo injustificado.

Há muitos outros indicadores cuja análise é de utilidade na elaboração dos planos governamentais. Por exemplo, 60% das pessoas

que trabalham na agricultura são analfabetas, o que significa que no campo há mais de 500 mil pernambucanos para quem o MOBRAL poderia ser o início do caminho para o aumento da produtividade e de melhor nível de vida. Nas cidades, o índice de analfabetismo eleva-se a 25% dos trabalhadores urbanos, o que significa que há mais 270 mil candidatos às classes do MOBRAL.

Quarenta e cinco por cento dos trabalhadores pernambucanos dedicam-se às lides rurais. Quase um terço dos que laboram no campo, no entanto, são classificados como "membros da família, sem remuneração", isto é, não recebem qualquer contra-prestação em dinheiro pelo seu trabalho. Dos 243 mil trabalhadores rurais que eram pagos exclusivamente em dinheiro, 99% recebiam até um salário mínimo, sendo que 25% ganhavam até 1/4 de salário mínimo, 46% de 1/4 a 1/2 salário mínimo e 28% de 1/2 a um salário mínimo. Evidentemente, tal estrutura de remuneração do trabalho rural não torna o campo mercado importante, nem a agricultura atividade atraente.

Esta grave situação pode ser vista de outro ângulo. Segundo dados publicados pelo IBGE, das 756 mil pessoas que exerciam atividades agro-pecuárias em 1969, 712 mil (94%) declararam ser "trabalhadores de enxada". É evidente que o labor humano apoiado no mais rudimentar dos instrumentos de trabalho e desassistido de força motriz, só pode ter baixíssimo rendimento. Daí porque é inaceitável o nível de vida e inadequados os padrões de consumo, saúde, educação e nutrição de grande parte da população rural de Pernambuco.

Se olharmos, por um momento, para as áreas urbanas, que absorvem mais de 90% do crescimento populacional, veremos cenário em que se delineiam deficiências de monta. As 586 mil famílias urbanas, existentes em 1970, ocupavam 534 mil domicílios, o que vale dizer que 52 mil famílias conviviam com outras na mesma casa. O censo qualificou como "rústicos" 122 mil domicílios, donde se pode deduzir um "deficit" habitacional da ordem de 174 mil moradias, ou seja, o equivalente a 30% das famílias urbanas de Pernambuco. As moradias rústicas, isto é, os mocambos, concentram-se na área metropolitana do Recife, onde existiam 91 mil sub-habitações, o equivalente a 74% dos mocambos do Estado. Das 340 mil famílias residentes no grande Recife, 27% moravam em casas rústicas.

A punjente pobreza que impera em nosso Estado pode também ser aquilatada pelo fato de que 100 mil chefes de famílias declararam não auferir rendimentos monetários. Destes, 74 mil são mulheres. O estado de penúria decorrente daquela situação, afeta uma em cada dez famílias pernambucanas. São 336 mil pessoas, ou seja, quase 7% da população do Estado, que não dependem economicamente do chefe da família. Mais grave, porém, é a situação das

58 mil famílias nas quais nenhum membro tem rendimentos, configurando situação de indigência. Representam elas quase 6% das famílias pernambucanas.

O cenário da pobreza não é agradável aos olhos, nem sua descrição aos ouvidos. Mas é muito real e doloroso. A análise dos aspectos menos favoráveis da situação sócio-econômica do Estado pode, talvez, parecer pessimista aos que se acostumaram a ver tão somente o lado positivo do desenvolvimento econômico. Mas é necessário que os planejadores não se deixem levar apenas por indicadores globais, como o crescimento da produção, sem considerar aqueles brasileiros que não conseguiram embarcar no trem do desenvolvimento, e que representam parcela considerável da população.

Felizmente, não há falta de elementos atualizados para o conhecimento da realidade pernambucana. O IBGE, usando os mais modernos métodos de processamento eletrônico, publica grande massa de informação que representa verdadeiro desafio aos analistas e planejadores. Poderíamos prosseguir comparando dados e interpretando cifras, mas reconhecemos que esta palestra já parece um anuário estatístico falado. Pedimos que relevem a barragem de porcentagens, proporções, relações e algarismos com que os bombardeamos esta noite, mas esperamos haver transmitido uma imagem realista, embora pouco conhecida, de certos aspectos da economia pernambucana e, com isso, prestado um serviço ao nosso Estado.

SUMMARY

The author intends to examine in this article some relevant aspects of the evolution of Pernambuco state. The most outstanding difficulties and challenges are emphasized.

Taking as a starting theme the rapid urbanization of the State during the last decade, the growth of industrial employment is then analysed. According to data of the IBGE Industrial Census, a widening gap has developed between the number of industrial employment and the urban population growth.

Next, the author analyses the low share of wages in the value of the industrial production, as well as the industry concentration around the metropolitan area of Recife. Finally, a survey of the agriculture in Pernambuco is made having as data source the IBGE Agricultural Census.